

A. I. N° - 279104.0170/01-1
AUTUADO - TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA.
AUTUANTE - JOAQUIM MAURÍCIO DA MOTTA LANDULFO JORGE
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 05. 04. 2002

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0107-04/02

EMENTA: ICMS. PASSE FISCAL. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. PRESUNÇÃO LEGAL DE COMERCIALIZAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Restou comprovada a entrada da mercadoria no estabelecimento destinatário localizado em outra unidade da Federação. Caracterizado o cometimento de infração a obrigação tributária acessória vinculada à imputação, sendo cabível a multa prevista no artigo 42, XXII, da Lei nº 7014/96. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/09/01 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige ICMS no valor de R\$ 2.462,28, em decorrência da falta de comprovação da saída, do território baiano, das mercadorias que transitaram acompanhadas do Passe Fiscal de Mercadorias nº 2001.09.13.16.14/GXA4753-2 e acobertadas pela Nota Fiscal nº 145560, o que autoriza a presunção de que as mesmas foram entregues neste Estado.

Tempestivamente, em 16/10/01, o autuado interpôs defesa ao presente lançamento. Nela, o defendente assevera que a autuação não procede, pois a mercadoria foi entregue ao destinatário dentro do prazo legal. Afirma que a comprovação da entrega da mercadoria no Estado de São Paulo descaracteriza a materialidade da autuação. Cita doutrina e, ao final, requer o cancelamento do Auto de Infração.

Em 08/11/01, o autuado protocolizou na INFAZ Pirajá, sob o número 178271, fotocópias autenticadas em cartório dos seguintes documentos: Nota Fiscal nº 145560 (fl. 29) e livro Registro de Entradas da Gerdau S/A localizada no Estado de São Paulo (fl. 30).

Na informação fiscal, datada de 01/11/01, o autuante solicita que o Auto de Infração seja julgado procedente, pois, no seu entendimento, o contribuinte não apresentou provas de que a mercadoria foi entregue ao destinatário em outro Estado.

VOTO

Da análise das peças e comprovações que integram o processo, contato que o autuado apresentou fotocópias, autenticadas em cartório, da Nota Fiscal nº 145560 (fl. 29) com carimbos de postos fiscais existentes no percurso. Também foi anexada aos autos cópia autenticada do livro Registro de Entrada do destinatário (fl. 30), onde está escriturada a nota fiscal que acobertou o transporte da mercadoria que foi objeto da autuação. Dessa forma, conforme prevê o artigo 960, § 2º, I, “b”, “1” e “2”, do RICMS-BA/97, restou provada a improcedência da presunção que lastreou o presente lançamento.

Ressalto que acatei as comprovações anexadas pelo autuado após o trintídio legal, face ao descumprimento previsto no § 1º do art. 123 do RPAF/99, com base nos princípios da informalidade e da verdade material, os quais norteiam o processo administrativo fiscal.

Considerando que, quando da saída da mercadoria do território baiano, o autuado não adotou nenhuma providência a fim de efetuar a “baixa” do passe fiscal, ficou evidenciado o descumprimento de uma obrigação tributária acessória vinculada à imputação e, por isso, nos termos do art. 157 do RPAF/99, deve ser aplicada a multa de R\$ 40,00, prevista no art. 42, XXII, da Lei nº 7014/96, alterada pela Lei nº 7753/00.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **279104.0170/01-1**, lavrado contra **TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 40,00**, prevista no artigo 42, XXII, da Lei nº 7014/96, alterada pela Lei nº 7753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de março de 2002.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

ANSELMO LEITE BRUM - JULGADOR